



AGRICULTURA URBANA E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE DA COMUNIDADE AGRÍCOLA KANEGAE, RIACHO FUNDO I/DISTRITO FEDERAL.

Edilene Américo Silva¹.

Fernando Luiz Araújo Sobrinho².

RESUMO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) constitui uma prática territorial estratégica que articula as dimensões econômicas, ambientais e sociais na produção do espaço urbano. Esse estudo analisa a AUP no Distrito Federal (DF), com foco na Comunidade Agrícola Kanegae (CAK), localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo, a partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, documental e observação direta. O estudo busca compreender a trajetória histórica, os usos do solo e as relações socioespaciais entre campo e cidade, destacando a AUP como expressão concreta das contradições e desigualdades urbanas brasileiras. Os resultados apontam essa prática desempenha papel relevante no direito à cidade, e na valorização de territórios de resistência. Na CAK, observam-se transformações espaço-temporais marcadas pela pressão da urbanização, especulação imobiliária e reorganização das práticas produtivas, revelando processos de desestruturação e reestruturação territorial. Conclui-se que a agricultura urbana no DF representa uma forma de resistência e de reapropriação do urbano, reafirmando o direito à cidade e contribuindo para a construção de políticas públicas de justiça socioambiental.

Palavras-chave: agricultura urbana e periurbana, produção do espaço, Distrito Federal.

ABSTRACT

Urban and peri-urban agriculture (UPA) is a strategic territorial practice that articulates economic, environmental, and social dimensions in the production of urban space. This study analyzes AUP in the Distrito Federal (DF), focusing on the Kanegae Agricultural Community (CAK), located in the Administrative Region of Riacho Fundo, using a qualitative approach based on a review of the literature, documents, and direct observation. The study seeks to understand the historical trajectory, land use, and socio-spatial relations between the countryside and the city, highlighting UPA as a concrete expression of Brazilian urban contradictions and inequalities. The results indicate that this practice plays a relevant role in the right to the city and in the valorization of territories of resistance. At CAK, spatial and temporal transformations marked by the pressure of urbanization, real estate speculation, and the reorganization of productive practices can be observed, revealing processes of territorial destructuring

¹ Instituto Federal de Brasília, campus Riacho Fundo I; edilene.silva@ifb.edu.br.

² Universidade de Brasília; flasobrinho@unb.br.



and restructuring. It is concluded that urban agriculture in the Distrito Federal represents a form of resistance and reappropriation of the urban environment, reaffirming the right to the city and contributing to the construction of public policies for socio-environmental justice.

Keywords: urban and peri-urban agriculture, production of space, Distrito Federal.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana (AU) e periurbana (AP) refere-se à atividade agrícola e pecuária desenvolvida em áreas urbanas e periurbanas e integradas ao sistema econômico e ecológico urbano e se destinada à produção e à extração de alimentos e de outros bens tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização (BRASIL, 2024, Art. 1º). Ela é uma forma de produção de alimentos realizada dentro dos limites das cidades ou em seus arredores imediatos (BOUKHARAEVA *et al.* 2005).

A Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO) têm definido a AU como instrumento de promoção à constituição de cidades mais sustentáveis e resilientes. Em seu relatório, de 1999, indicou que 800 milhões de pessoas praticavam agricultura urbana no mundo. Esse dado já demonstra a importância ambiental, cultural, política e econômica da AU sugerindo ser ela um fenômeno de grande amplitude. Nesse diálogo, Paul Bairoch (1985) indica que durante o século XX, o componente agrícola das cidades, foi negligenciado, tanto pelo poder público quanto pelos cientistas. Assim sugere a urgência de estudo dessa componente espacial não apenas nos espaços acadêmicos, mas também por gestores públicos, na formulação de políticas públicas específicas.

A Agricultura Urbana e Periurbana/AUP como prática vem consolidando estratégias de discussões vinculadas à sustentabilidade, segurança alimentar e reconfiguração dos usos do solo nas cidades contemporâneas. Sob a perspectiva geográfica, tal prática se articula à produção do espaço urbano e à construção de territorialidades múltiplas (HAESBAERT, 2007), especialmente em espaços marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e por luta pelo “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1969).

Nesse diálogo, a AUP é reconhecida em importantes documentos internacionais a citar: a Agenda 2030 da ONU; a Nova Agenda Urbana, aprovada na Conferência Habitat III (2016); a Carta de Milão sobre Política Alimentar Urbana (2015); e os relatórios da FAO (*Growing Greener Cities*, 2010). Tais documentos compartilham, em comum, objetivos e princípios fundamentais que reconhecem e promovem a AUP como estratégia-chave para cidades mais



sustentáveis, resilientes e socialmente justas, reconhecendo ser a atividade um instrumento de justiça social e ambiental.

No que tange à produção do espaço urbano e à construção de territorialidades múltiplas, a AUP se insere no tecido das cidades brasileiras em desafio aos modelos hegemônicos de produção e ocupação do solo urbano evocando uma leitura crítica desse espaço que é expresso como uma produção social (LEFEBVRE, 1969), atravessado por relações de poder e por práticas cotidianas que o (re)significam. Nesse sentido, essa prática revela-se como uma forma de apropriação do espaço urbano pelas populações que historicamente foram excluídas dos benefícios plenos da urbanização (SANTOS, 1996), podendo expressar um uso contra hegemônico que confronta a lógica mercantil do solo urbano.

Milton Santos (1996), ao discutir a formação desigual e contraditória do espaço urbano brasileiro, ajuda a compreender como a AUP pode ser vista enquanto resposta territorial às carências estruturais da cidade, evidenciando o papel ativo dos sujeitos na produção do espaço. Em sua concepção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, (SANTOS, 2012), permite entender que a prática agrícola urbana reorganiza esse espaço tanto em sua materialidade quanto em sua funcionalidade e significado. Porto-Gonçalves (2006), por sua vez, reforça a importância de reconhecer os territórios de resistência que emergem nos interstícios da urbanização capitalista. Pode-se interpretar assim que a AUP, especialmente quando realizada por populações periféricas, pode ser interpretada como um desses territórios insurgentes, que reatualizam saberes ancestrais, promovem a justiça ambiental e apontam para uma ecologia política do espaço urbano.

Pelo exposto, compreender a AUP sob a lente crítica da geografia é reconhecer seu potencial transformador — não apenas como prática de cultivo, mas como projeto político de reapropriação do espaço, de ressignificação dos territórios urbanos e de construção de outras formas de vida possíveis nas cidades. É mostrar essa atividade como uma prática de subsistência, um ato geográfico, político e transformador.

O presente estudo resulta de um recorte territorial representado pela Comunidade Agrícola Kanegae/CAK, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo (RA XVII), Distrito Federal/DF. A discussão central trata da AUP, abordada pelo estudo de caso da CAK que se articula como uma expressão concreta da formação desigual e contraditória do espaço urbano brasileiro, oferecendo elementos empíricos valiosos para a análise.

O objetivo é entender o papel da AUP no DF como estratégia de produção do território



e de justiça social urbana, no fragmento CAK, por meio dos seguintes objetivos específicos: compreender a trajetória histórica da ocupação e formação da CAK; identificar os usos do solo e as práticas produtivas da AUP na CAK; refletir sobre as relações socioespaciais entre o campo e a cidade na perspectiva dos agricultores urbanos locais; discutir os desafios e as potencialidades da AUP diante da crescente urbanização e das políticas públicas do DF.

No desenvolvimento do estudo pretende-se responder as seguintes questões: De que forma a AUP contribui para a produção e reprodução do território na Comunidade Kanegae? Quais são as estratégias socioeconômicas adotadas pelos agricultores locais frente aos desafios urbanos e ambientais vivenciados? Como se expressa a relação campo-cidade na dinâmica do Riacho Fundo, tendo como foco a prática agrícola local?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e os resultados foram obtidos por meio de revisão bibliográfica e documental para análise e interpretação de artigos e outras produções acadêmicas - além de leis nacional, documentos oficiais governamental, convenções e tratados internacionais afetos à temática. Procedeu-se também com a aplicação de questionários, a observação direta, no território, de modo a compreender as dinâmicas espaciais - os usos informais do espaço, as contradições vividas pelos atores sociais no cotidiano e os conflitos socioespaciais em curso. Por fim, esse artigo está estruturado em revisão bibliográfica e conceitual, discussão metodológica e apresentação dos resultados que AUP no DF, na escala da CAK.

METODOLOGIA

Tem-se uma pesquisa qualitativa com resultados obtidos por dois conjuntos de ações. O primeiro é a revisão bibliográfica e documental, baseada na análise e na interpretação de fontes secundárias (artigos dissertações e outras produções científicas; programas de políticas públicas, legislações e acordos internacionais) dos conceitos centrais do estudo. A edificação do texto resultou da interpretação, análise e diálogo entre os temas de Agricultura Urbana e Periurbana (FAO, 1996; Relatório IPED/DF, 2023; Lei nº14.935, 2024; MOUGEOT, 2000; SATANDREU e LOVO, 2007); Território (HAESBAERT, 2007; SANTOS 1996 e 2012), Porto-Gonçalves (2006); e Produção do Espaço Urbano (LEFEBVRE, 1969; HARVEY, 2014; e Lei nº 10.257, 2001). A outra frente foi constituída por trabalho de campo e sistematização dos resultados obtidos.

As demais fases metodológicas desenvolvidas passaram pelas etapas descritas a seguir.



Para tipificar a agricultura urbana desenvolvida na CAK utilizou-se a classificação contida no estudo de Caracterização da Agricultura Urbana do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2023). Tal documento traz o mapeamento das áreas de AUP e identifica quatro tipologias principais, considerando as particularidades socioeconômicas, territoriais e ambientais do DF: i) agricultura periurbana, ii) agricultura urbana de área remanescente rural (resistência), iii) quintais produtivos e iv) agricultura de ativismo. Dentre esses tipos, a da CAK se insere na “ii” pois se “trata de área que remanesce de colônias agrícolas e, hoje, são áreas urbanas consolidadas (resistência) ou se encontram em meio à transformação do espaço rural em urbano (periurbana)” (p. 104).

Para compreender a evolução territorial da CAK procedeu-se com um enfoque espaço-temporal recorrendo-se a sua trajetória, considerando que esta é motivada pelos eventos temporais desenvolvidos pelos atores sociais. Esses eventos são materializados em forma de espaço geográfico. Nesse sentido procedeu-se com uma de periodização espaço-temporal (SANTOS, 2012), para entender as transformações ocorridas no espaço intrarural dessa Colônia. A seguir será realizada a revisão bibliográfica do recorte conceitual dos temas centrais do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura Urbana e Periurbana: breve discussão

A agricultura urbana é um fenômeno mundial, enquanto atividade. Por outro lado, a origem do termo é relativamente recente e seu sentido e uso concreto refere-se às práticas produtivas de cultivos alimentares nos espaços intra e periurbanos. Nesse sentido,

A agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana. (MOUGEOT, 2000; p. 13).

Para a FAO (1999) AU envolve as atividades cultivares de hortaliças, frutas, plantas ornamentais e medicinais. Pode abranger também a criação de animais, quando realizada em áreas urbanas ou adjacentes às cidades, para fins de subsistência ou comerciais. Compreende fazeres voltados à produção de alimentos e à proteção dos recursos naturais na malha urbana e



periurbana das cidades. Ela contribui para a geração de empregos e da segurança alimentar e enquanto prática, engloba todas as atividades agropecuárias realizadas em áreas centrais (interurbana) e periféricas (periurbana) dos centros urbanos, cuja caracterização pode abranger pequenas localidades, cidades ou metrópoles (PINHEIRO e FERRARETO, 2010, p. 2).

Tributário dessa discussão, Santandreu & Lovo (2008) indicam que

A Agricultura Urbana é um conceito multidimensional que inclui a produção, transformação e prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo; trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, dos recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.).

Em referência aos aspectos e parâmetros conceituais a AUP abrange todas as atividades agropecuárias realizadas em áreas centrais (agricultura intraurbana) e periféricas (agricultura periurbana) dos centros urbanos abarcando pequenas localidades, cidades ou metrópoles (MOUGEOT, 2001.). O autor define alguns parâmetros para conceituação da AU e acrescenta que a característica decisiva e identitária dessa prática é a sua integração ao “ecossistema urbano” (p. 11). Essa conexão com o corpo urbano faz do componente agrícola das cidades “interagir adequadamente com o resto da cidade, com a produção rural e as importações” (p. 11). Logo, a prática da AUP deve estar integrada e interagir com a dinâmica da cidade, ofertando aos cidadãos, aos produtores e/ou consumidores, produtos e serviços para o (auto) consumo e a geração de renda (PINHEIRO e FERRARETO, 2010, p. 254, Fome Zero Vol. II)

Na agricultura urbana a área disponível para o plantio é pequena, com uma grande diversificação de cultivos onde, na maioria dos casos, a produção é destinada ao autoconsumo. [...] Não é requisito principal a obtenção de renda; geralmente não há dedicação exclusiva à atividade, fazendo com que as famílias busquem outros meios para garantir sua sobrevivência. Outro aspecto é a falta de capacitação técnica dos produtores, além da dificuldade na obtenção de recursos para investir na produção. (PINHEIRO e FERRARETO, 2010, p. 254, Fome Zero Vol. II)

A AUP possui múltiplas funções. Obviamente, a principal é a produção e a oferta de alimentos, podendo assim contribuir para o incremento da comercialização, do abastecimento e do fornecimento diário de insumos de qualidade voltados ao consumo. Torna-se, portanto, uma importante alternativa para a segurança e a produção alimentar, além da geração de trabalho e renda nas cidades. (PINHEIRO, FERRARETO, L.C, 2010; p. 254).



Os autores sugeriam ainda, a necessidade de um marco legal, brasileiro, que institucionalizasse, garantisse o sucesso, a sustentabilidade e a disseminação das práticas e ações de AUP; que gerasse identidade ao agricultor urbano – de forma que esse tivesse acesso a crédito, terra, financiamento, insumos, bem como a outras políticas já promovidas pelo governo federal. Em resposta, foi sancionado a Lei nº 14.935/2024 que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP). É um instrumento jurídico que representa avanço significativo na consolidação da AUP como pauta estratégica voltada ao planejamento territorial. A PNAUP reconhece formalmente a importância da produção de alimentos nos espaços intra e periurbanos, promovendo a integração entre práticas agrícolas sustentáveis e as políticas públicas de segurança alimentar, inclusão social, geração de renda, saúde ambiental e uso racional dos recursos naturais (BRASIL, 2024).

A AUP no DF: primeira iniciativa pública

No que tange ao DF, em 2020 foi publicado O Relatório de Caracterização da Agricultura Urbana e Periurbana do Distrito Federal. É um documento técnico e político relevante para a compreensão das dinâmicas socioespaciais da agricultura em meio urbano local. Sistematiza dados, experiências e diagnósticos de territórios produtivos no DF, revelando uma agricultura diversa, resiliente e conectada às múltiplas funções sociais, econômicas e ambientais. Além de mapear essas práticas, o relatório denuncia a ausência de políticas públicas locais integradas e específicas para o setor, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para a valorização da agricultura urbana como instrumento de justiça socioambiental, de ordenamento territorial e de construção de cidades mais humanas e sustentáveis.

Longe de ser uma atividade marginal, esse documento demonstra que a AUP é praticada em diferentes escalas — de quintais produtivos a colônias agrícolas organizadas — e atende tanto à segurança alimentar quanto à geração de renda para populações historicamente marginalizadas que encontram na terra não apenas um meio de subsistência, mas também uma forma de resistência frente à especulação imobiliária e às contradições do modelo urbano dominante.

A AUP: produção do espaço urbano e territorialidades múltiplas



Experiências em curso refletem a capacidade que a AUP vem adquirindo na produção do espaço urbano e no fortalecimento de territórios do bem viver. Essa atividade contribui no enfrentamento dos desafios postos pelo “desenvolvimento” das cidades “modernas”, ressignificando o uso do espaço urbano pelos e para os cidadãos.

Henri Lefebvre (1969) sugere que a cidade moderna foi expropriada dos cidadãos e capturada pelo capital — e o direito à cidade é o direito de retomá-la como obra coletiva. Para o autor, produção espacial, enquanto direito à cidade, não se limita apenas ao acesso físico à cidade, mas sim ao direito de transformar, apropriar e participar ativamente da sua produção. O mesmo autor, em 1974, vai afirmar que o espaço é produzido socialmente — ele é uma construção histórica, política, econômica e cultural, ao que dialoga com as dimensões espaciais: espaço percebido (práticas espaciais); espaço concebido (representações do espaço); e espaço vivido (espaços de representação).

A primeira acepção (espaço percebido), diz respeito ao uso cotidiano do espaço. No caso da AUP, envolve as práticas concretas de plantio, irrigação, circulação de alimentos e organização comunitária. É o espaço vivido pelos agricultores urbanos e por quem consome a sua produção. A segunda dimensão (espaço concebido) diz respeito aos planejadores, engenheiros, gestores públicos, ou seja, à forma como o espaço é representado nas políticas urbanas. E no DF, a AUP não tem sido contemplada nas representações das políticas públicas urbanas hegemônicas o que leva a entender que a prática dessa atividade tem sido vista como informal, marginal ou provisória.

A última dimensão (espaço vivido) diz respeito ao espaço como ele é apropriado subjetivamente pelos indivíduos e grupos sociais. Nesse diálogo, as hortas comunitárias representam resistências simbólicas ao modelo de cidade excludente, além de resgatar saberes, memórias e formas alternativas de convivência urbana.

A cidade não é só lugar de consumo, mas produto da luta de classes e o direito à cidade passa pela ação de moldar o processo urbano, de interferir na forma como a cidade é produzida, controlando a urbanização e resistindo à sua mercantilização (HARVEY, 2014). É o que Lefebvre chama de apropriação do espaço, pelo cidadão, em contraste com a dominação do espaço urbano pelo capital e pelo planejamento tecnocrático. A AUP estabelece uso ressignificado do espaço urbano em que o território usado é apropriado por seus usuários estabelecendo-se assim uma lógica de territorialidade insurgente em contraponto a produção estratégica do espaço pelo capital (HAESBAERT, 2007a). Para Harvey (2014), essas práticas



são formas de insurgência urbana, que propõem um novo conteúdo político ao direito à cidade: não apenas viver na cidade, mas reivindicar uma cidade voltada para a vida, e não para o lucro.

Nesse diálogo, a AUP como prática de reapropriação do urbano, pelos habitantes, reinscreve o trabalho e a terra no centro do espaço urbano, contrariando o imaginário moderno que separa cidade e campo, trabalho e lazer, produção e consumo. Ela reapropria espaços ociosos, devolve sentido social ao uso da terra urbana e reconstrói vínculos com o território através de saberes tradicionais, agroecológicos e coletivos.

Depreende-se que a luta pelo direito à cidade se dá também pela produção de novos territórios dentro da cidade, pela AUP, onde o alimento, o cuidado com a terra, a ancestralidade e os vínculos coletivos passam a ser formas legítimas de urbanidade alternativa (PORTO-GONÇALVES, 2006; e HAESBAERT, 2007a). Assim, a (re)construção desses novos territórios urbanos resulta de saberes de sujeitos - como camponeses, indígenas, comunidades periféricas, que resistem à cidade-produto e constroem territórios do cuidado e do bem viver, reafirmando um direito à cidade de matriz plural, contra-hegemônica e decolonial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Logo, a AUP é mais do que uma prática agrícola; ela é um ato territorial pois envolve disputas por terra, por uso do solo, por reconhecimento legal e pelo direito à cidade. Esse território é fruto de uma construção social e política associada ao poder e ao controle. Logo, o território produzido pela AUP desafia o modelo hegemônico de urbanização e tensiona as lógicas do capital urbano. Esse território - que coloca no centro do debate a questão da soberania alimentar, da justiça ambiental e do direito à cidade, resulta da reconfiguração das práticas de uso do solo introduzindo aí as multiterritorialidades (HAESBAERT, 2007b).

Para o autor, essas multiterritorialidades constituem-se por camadas complexas de poder que se refere a: institucionais (Estado, leis); econômicas (mercado, especulação, fluxos de capital); culturais e simbólicas (religião, memória, ancestralidade); sociais (organização comunitária, redes de apoio). São, portanto, os sujeitos que constroem o território. Tais camadas não se excluem mutuamente, mas convivem em tensão e conflito, fazendo com que os sujeitos negociem, resistam, se adaptem ou subvertam essas imposições no cotidiano. E a AUP revela essas múltiplas territorializações que, pela expressão dos territórios usados em contraponto à produção estratégica do capital, tensionam a cidade do capital com o uso ressignificado dos territórios apropriados pelos cidadãos. Esses apontam para economias do comum e da reciprocidade.



Sob a lente da multiterritorialidade, a AUP, na complexidade das dinâmicas sociais e espaciais urbana, os sujeitos que constroem o território são representados pelo Estado, por grandes empresas, por populações periféricas, quilombolas, indígenas e agricultores urbanos. Os sujeitos periféricos são produtores legítimos do espaço e constroem seus territórios em coexistência de conflitos com outros projetos territoriais (HAESBAERT, 2007b).

Esses sujeitos territoriais resistem ao avanço do capital sobre seus modos de vida. Eles não estão “fora” da modernidade, mas são seus “outros constitutivos” — os que sustentam a vida e a biodiversidade, mas que são invisibilizados ou silenciados pelas lógicas da acumulação e do progresso (PORTO-GONÇALVES, 2006). O autor vai além da análise espacial quando insere a dimensão epistêmica e civilizatória, descolonizando a ideia de território ao abordar as territorialidades do cuidado, da reciprocidade e do bem viver ao que se defende ser fundamental para pensar a agricultura urbana como prática contra-hegemônica.

No que tange à escala, redes e conflitos, Haesbaert (2007a) discute a escala de forma fluida, entendendo que os territórios são produzidos por redes, fluxos e relações de poder que se dão nas dimensões locais, regionais, globais. Nesse diálogo, a AUP pode ser vista como territorialização de práticas locais em um campo de tensões que envolve políticas públicas, cadeias de abastecimento e pressões do capital urbano. Por seu turno, Porto-Gonçalves (2006) insere a escala sob o viés da crítica ao modelo de desenvolvimento, mostrando que os conflitos territoriais não são apenas locais, mas expressão da geopolítica do capital, da colonialidade e das monoculturas do saber. Ele insiste na ideia de que é preciso reconhecer outras racionalidades territoriais, muitas vezes presentes nas práticas camponesas e comunitárias ao que se indica a centralidade de reconhecer a AUP enquanto tal.

Pelo exposto, sugere-se que a AUP é um espaço de multiterritorialidades: territórios de vida, de resistência, de ancestralidade, mas também atravessados por lógicas formais, legais, e, às vezes, por políticas públicas precárias ou contraditórias; é uma prática contra-hegemônica que desafia o modelo de cidade-mercadoria e reintroduz o valor do trabalho, da terra, da comida e dos saberes populares como elementos centrais da vida urbana. É importante ver a AUP como um campo não apenas técnico, mas com forte conteúdo político, onde se joga a disputa por qual cidade se quer e quais saberes e sujeitos serão reconhecidos como produtores legítimos do território (PORTO-GONÇALVES, 2006; e HAESBAERT, 2007a).



A Colônia Agrícola Kanegae no Riacho Fundo

Foi a lei nº 2.879 de 19 de setembro de 1956, que dispôs sobre a mudança da Capital Federal para a região do Planalto Central (DISTRITO FEDERAL, 2015). Esse marco legal deu início ao processo de ocupação das terras do Distrito Federal/DF. A construção de Brasília, partir dos anos de 1960, também mobilizou a ocupação da área rural e na sua primeira década, o número de estabelecimentos rurais, no DF, aumentou cerca de 600% (DISTRITO FEDERAL, 2015). A crescente densidade demográfica, da ocupação, demandou o surgimento as Colônias Agrícolas que compreendiam projetos em áreas com perímetros menores e sem o devido apoio estatal ao planejamento da infraestrutura voltada ao bom funcionamento da propriedade (ROCHA, 1992),

A proposta inicial de organização espacial de Brasília baseou-se em um modelo inglês de descentralização metropolitana que defendia o desenho urbanístico em que a capital seria formada por dois anéis em volta do núcleo piloto (DERNTL, 2020). O primeiro seria destinado às atividades agrícolas – formando um cinturão-verde, e às cidades-satélites. Já no segundo anel estaria localizado as atividades industriais. E justamente, neste cinturão-verde, foram implementadas diversas Colônias Agrícolas/CA, destinadas à produção de alimentos à população do DF.

Essas colônias seriam responsáveis por assegurar a produção de hortaliças, legumes, frutas e demais proteínas pela criação de animais de pequeno e médio porte. A implantação dessas Colônias Agrícolas teve inspiração, também, na proposta das Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) que surgiram durante a década de 1940, em um cenário de ocupação do território nacional – a “Marcha para o Oeste”, que buscava povoar o interior do Brasil (FERREIRA, 2016).

Esse foi o contexto de implantação da CAK, em 1957, em que o então presidente Juscelino Kubistchek convidou e apoiou a “instalação de cinco famílias de descendência japonesa – Kanegae, Hayakawa, Ogawa, Ikeda e Ofugi – vindas de Goiânia, GO, com o intuito de produzir alimentos à população da futura capital do país” (Informação verbal). Esses grupos já viviam na zona rural da capital goiana e tinham expertise na produção agrícola, principalmente hortaliças. O nome “Kanegae” foi dado em homenagem àquele que iniciou a ocupação dessa colônia agrícola, Yasutaro Kanegae. Na figura 01 tem-se a localização geográfica da CAK, no contexto espacial da Região Administrativa XVII (RA XVII), no Distrito Federal.

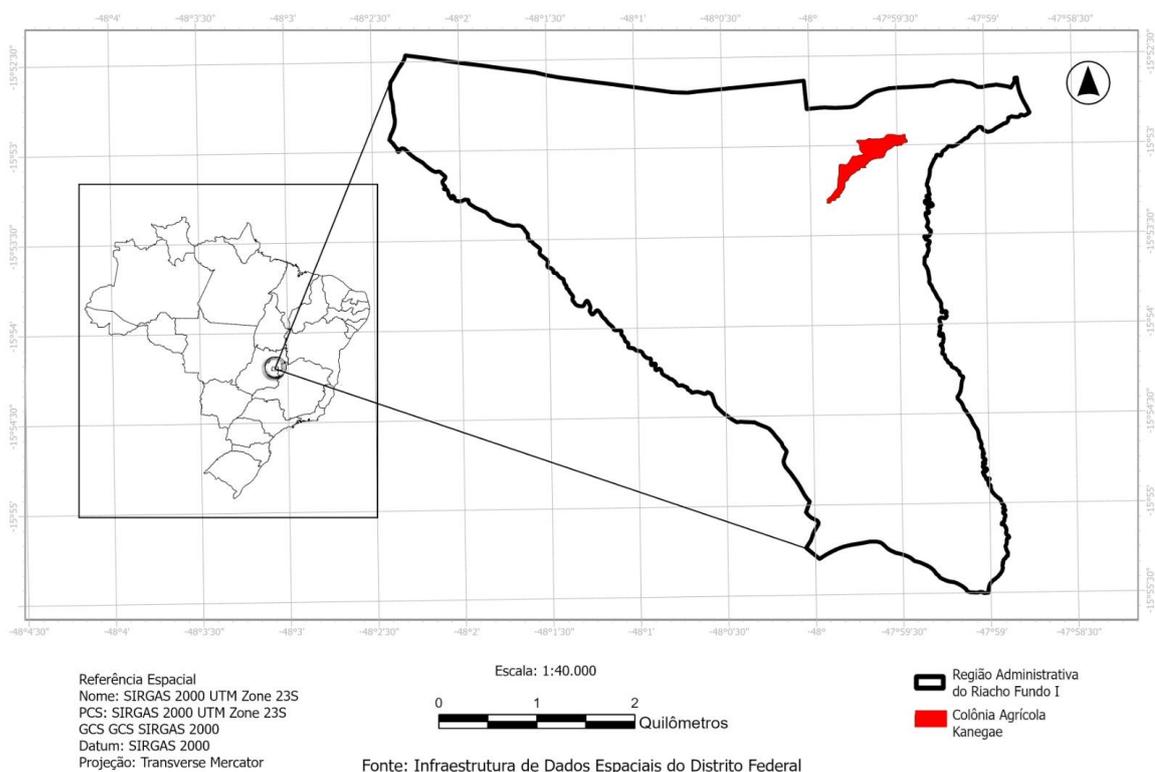


Figura 01 – Localização da CAK, Riacho Fundo I, Distrito Federal.

Desde a instalação aos dias atuais, a CAK tem passado por diversas transformações espaço-temporal e a compreensão desse processo é essencial ao entendimento da AUP, contemporânea, em desenvolvimento. Santos (1996) sugere que os fluxos são o movimento, a circulação; são um resultado (in)direto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos modificando a sua significação e o seu valor ao mesmo tempo em que também se modificam. Um objeto geográfico é um fixo, é um objeto técnico, mas também é um objeto social que criam massas que se movem por meio de fluxos resultantes de fenômenos sociais, econômicos ou políticos - fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente (SANTOS, 1996).

Nesse intuito, procedeu-se com a estratégia de periodização (SANTOS, 2012); cada período é constituído por eventos representados por uma ação ou iniciativa pública, privada ou de atores da comunidade. Para a análise territorial foram definidos os quatro seguintes períodos.

O primeiro vai dos anos de 1957 a 1967 que representa a Estruturação da CAK (corresponde a sua criação e implantação da CAK); o 2º período vai de 1967 a 1997 e dialoga com a Consolidação do seu espaço intrarural; o 3º momento corresponde aos anos de 1997 a 2007 que traz eventos denunciadores de Desestruturação do seu espaço geográfico; e o 4º compreende os anos de 2007 aos dias atuais – é marcado por tensões entre os atores sociais o que desencadeia a Reestruturação espacial. Cada período é constituído por um conjunto de



eventos que “mudam as coisas, transformam os objetos dando-lhes novas características; os eventos são fatos, mas também ideias” (SANTOS, 2012, p. 148).

Estruturação (1957 a 1966): o conteúdo dos eventos contidos nesse período denota fixos e fluxos de um espaço geográfico em constituição, com predominância de elementos do rural. Teve-se o preparo do solo com a correção da sua acidez voltada ao cultivo de hortifrúti (folhagens couve, alface, rúcula, salsinha, cebolinha, entre outros tipos). Entrevista realizada indicou ser essa produção em base no trabalho familiar e o cultivo dos gêneros passava por técnicas rudimentares como o uso do arado de tração animal e a “irrigação por superfície”³, do Córrego Riacho Fundo – fonte hídrica que abastecia as dez famílias da comunidade.

A produção agrícola atendia ao autoconsumo, porém, a finalidade central era atender parte da demanda alimentar da população da Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante/RA VIII) – assentamento provisório e ponto de chegada dos imigrantes e trabalhadores das obras da futura capital. No período, teve-se a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Brasília (em 1960) e a construção da Escola Agrícola Kanegae (em 1963), destinada à educação das crianças da CAK.

Consolidação (1967 a 1986): esse momento traz elementos marcadores de um espaço geográfico rural em consolidação cujos sentidos e intencionalidades originaram-se no período anterior. Teve-se a instalação de mais seis famílias nipônicas (em 1975); a construção de um poço e a instalação de um canal de irrigação (em 1980), em alvenaria para atendimento à crescente demanda hídrica; inserção de novas técnicas agrícolas - trator e arado acoplado, adubos e fertilizantes, ampliação e abertura de novos canais de comercialização – para a Central de Abastecimento do DF/CEASA e para Associação de Produtores da CAK. A produção agrícola e a interação sociocultural, no território, era intermediada por práticas dialógicas à conservação dos elementos constituintes dos sistemas naturais (SACHS, 2002) o que contribuía para a preservação dos bens naturais essenciais aos ecossistemas da CAK.

Com o envelhecimento da população nipônica inicia-se a demanda por mão de obra externa então atendida por imigrantes nordestinos, originados do Oeste Baiano, que passam a chegar em maior número (a partir de 1980) desenvolvendo trabalho assalariado, como meeiros ou arrendatários. A partir dos anos 2000 tem-se a ampliação dessa mão de obra externa frente à migração, dos descendentes nipônicos, para estudar e/ou trabalhar na cidade.

³ Método no qual a distribuição da água ocorre por gravidade através de canais superficiais abertos diretamente no solo.



Desestruturação (1987 a 2006): nesse período o território intrarural da CAK é marcado por eventos externos resultantes da expansão da mancha urbana de Brasília. Em 1993, sob o terreno de uma antiga granja, foi instalado o Riacho Fundo I (RA XVII) para receber famílias deslocadas do Setor Telebrásilia, localizado na Asa Sul, Plano Piloto (RA I) (Lei nº 620, de 15/12/1993). Com essa iniciativa estatal, nos anos seguintes, tem-se a implantação de equipamentos públicos – fórum, escolas, agências bancárias, rodoviária, corpo de bombeiros (21º GMB), Administração Regional, postos de saúde, *campus* do Instituto Federal de Brasília (IFB), e de infraestrutura viária, além de outras estruturas urbanas voltadas à demanda de serviços da população. Passa a existir um tecido urbano em adensamento gerador de impactos que repercutem sob os territórios produtivos da CAK. Cresce a especulação imobiliária e tem-se a venda de chácaras com fins de parcelamento e implantação de diversos condomínios, a partir de 2006 – chácaras 16, 19, 22, 23, 25B e 26B. E para fortalecer esses espaços de moradia é asfaltada a estrada principal da CAK, em 2006.

E diante do registro de contaminação do Córrego Riacho Fundo é executado um projeto público de reflorestamento das suas margens enquanto ascende o êxodo dos jovens nipônicos, da comunidade, com destino ao Japão (1990) e para áreas urbanas de outras RAs, do DF – para fins de estudo, trabalho ou matrimônio. Esse movimento denota um crescente desinteresse pela continuidade do trabalho agrícola dos seus ancestrais. Em referência ao desinteresse dos jovens pela agricultura, o Entrevistado C afirma que “há dificuldade de sucessão. De uma família de sete filhos apenas eu fiquei na agricultura e dos meus dois filhos nenhum trabalha na roça” (Entrevista realizada em 17/07/2025).

O envelhecimento dos ancestrais nipônicos e a “dificuldade de sucessão” resulta em constante aumento do trabalho assalariado e meeiro firmado com trabalhadores nordestinos. Esses são contratados por alguns produtores que têm a iniciativa de aumentar sua produtividade agrícola. Estabelecem parceria com 30 famílias meeiras e passam a exportar as hortaliças para Manaus, na região Norte.

Reestruturação (2007 aos dias atuais): Trata-se de um período mais recente cujos elementos constituintes da paisagem local, em descompasso com os territórios da agricultura familiar⁴, são as estruturas urbanas - condomínios residenciais, estradas, atividades e serviços a elas associadas. A cada ano novos equipamentos urbanos são inseridos ao espaço em atendimento às demandas por serviços, desses novos moradores – a construção de outra estrada de acesso à CAK (em 2009), ampliação e instalação de novos comércios na rua

principal (a partir de 2010), edificação da igreja católica São Rafael (em 2017). A figura 02 traz a espacialização dos usos territoriais da CAK em 2021.



Figura 02 - Espacialização dos usos territoriais da CAK, 2021.

Em 2020 teve início a revisão do PDOT do DF, em vigor, pela Lei Complementar nº 803, de 25/04/2009. As audiências públicas, inclusive em formato remoto – teve baixa adesão dos agricultores da CAK. Neste documento, a Colônia tinha *status* de área destinada, predominantemente, às atividades do setor primário, não excluída a presença de atividades dos setores secundário e terciário (DISTRITO FEDERAL, 2009). Os territórios desta zona tinham em comum a necessidade de maior controle do uso e ocupação do solo – dada às restrições decorrentes de sua vulnerabilidade ambiental e da urgência de proteção dos mananciais hídricos que abastecem a população (SEDUH, 2009). Na atualidade, a revisão, do PDOT, reenquadrou parte do território da CAK, em sua porção noroeste – que era constituída por ocupação irregular, e que agora é considerada Área de Regularização de Interesse Específico (ARINE Alto Kanegae) voltada à urbanização. Já o restante da área da CAK permanece como terra pública e sempre que possível, a que mantiver o uso agrícola, deve ser objeto de concessão de uso no âmbito do processo de regularização (SEDUH, 2009).

Nas atividades de campo foram visitadas seis chácaras produtivas com área que varia entre 1 a 8 hectares. Dessas, apenas duas são geridas e trabalhadas por nipônicos das famílias originárias e que também possuem a cessão de uso da terra. As outras quatro propriedades são arrendadas e os trabalhadores originam-se do Oeste Baiano e possuem laços de parentesco.



Em 2017 teve-se a instalação de uma agroindústria de corte de verduras e legumes, na Chácara 09, para abastecimento em comércios do DF.

Originalmente o território da CAK era marcado pela ocupação rural, mas, no contexto atual, apenas seis das quinze chácaras originárias têm atividade agrícola – desenvolvida em base familiar. E são representativos dessa produção os seguintes cultivos: hortaliças e folhagens (couve, cheiro verde, salsa, alface, rúcula, brócolis, espinafre, erva doce, alho poró); raízes (batata, cenoura e beterraba); tubérculos (mandioca, inhame); frutas (maracujá, limão, mexerica, acerola, mamão, banana, manga, mirtilo e amora); e lúpulos. A figura 03 traz alguns cultivos da agricultura na CAK.



Figura 03 – Cultivos de hortaliças (A) e de lúpulos, na CAK. Fonte: A autora, 2025.

Frequentemente, essas espécies são cultivadas no sistema de policultura, a produção de uma ou outra espécie também varia, sazonalmente, acompanhando as estações do ano. Quanto à comercialização: a produção tanto é vendida na CEASA (pelo próprio produtor), quanto entregue aos mercados ou supermercados – existindo nesse caso a figura do atravessador. Dos seis entrevistados apenas dois, que são justamente os descendentes das famílias originárias – e já idosos, indicaram ser toda a força de trabalho, da sua unidade produtiva, realizada por mão de obra assalariada. Nos outros quatro a produção é feita por membros da família. Tem-se no caso a extração de alimentos e bens – tanto para o consumo quanto para a comercialização.

Acrescente-se à produção agrícola já mencionada, a criação de peixes e aves (galináceos), realizado por algumas famílias, que ocorre em pequena escala e visa, especialmente ao abastecimento familiar, com proteína animal e ovos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Citou-se que, a partir dos anos de 2000, acentuou-se o crescimento urbano sob os territórios produtivos da CAK, resultado da expansão da mancha urbana de Brasília. Essa Colônia é uma instância produzida historicamente e carregada de ‘técnica, política e vida cotidiana’ (SANTOS, 1996); enquanto constituinte do tecido urbano da capital federal, expressa marcas da desigualdade, mas também, da criatividade social. Por tanto, do todo às partes e das partes ao todo, se articula como uma expressão concreta da formação desigual e contraditória do espaço urbano brasileiro.

Esse adensamento urbano – representado por condomínios, estrutura de serviços e vias de acesso, é estabelecido sob áreas de preservação permanente (APP) do Córrego Riacho Fundo com a supressão de Cerrado e de terras antes destinadas à produção agrícola. Essa realidade gera desmatamento, alterações da paisagem natural, impermeabilização do solo, ocupação de APP com seu desmatamento e transformação. Verifica-se a transformação de um espaço, originalmente rural, lugar de vida, de conservação dos recursos naturais e de produção de alimentos, que no curso do tempo sofre transformações em consequência da expansão urbana e do aumento da especulação imobiliária.

É estabelecida uma nova paisagem reestruturada em base capitalista; um produto social resultante de eventos que produzem um novo espaço criado e organizado, novas estruturas e relações que passam a (re)produzir o capital (SOJA, 1993). Na CAK contemporânea, a composição social do território é constituída por: moradores dos condomínios, que são a grande maioria; comerciantes e prestadores de serviços; arrendatários e meeiros, das áreas agrícolas remanescentes.

Conforme indicado, a CAK é caracterizada como “Agricultura Urbana de Área Remanescente Rural (resistência)” (DISTRITO FEDERAL, 2023; p. 80) que é voltada para fins comerciais e/ou de subsistência; se localiza em área que compunha o cinturão verde produtivo do DF, e que se encontra em urbanização, devido ao processo de expansão do tecido urbano de Brasília - seus territórios produtivos são dentro e nos arredores da cidade.

A comunidade em estudo é um território em transição (entre rural e urbano), marcado por disputas e tensões entre dois grupos de interesses. De um lado tem-se as famílias dos agricultores – que tem seu modo de vida e cultura vinculado ao rural. Do outro há os atores sociais que residem nos condomínios e os agentes econômicos e políticos. Esses dois últimos alinham as iniciativas e os interesses no sentido de ações voltadas ao adensamento urbano e mercantilização da cidade.

Na CAK a AUP é uma forma de resistência e de apropriação do espaço urbano, da



capital federal. As famílias produtoras desafiam a lógica do mercado imobiliário e da mercantilização da cidade rompendo e tensionando a ideia da cidade como exclusivamente destinada à circulação de capitais e consumo. Logo, introduz uma lógica do uso do espaço para a reprodução da vida e estruturação do território. Por meio dessa Colônia, é estabelecida, por tanto, uma resistência territorial, no urbano de Brasília, onde o alimento, o cuidado com a terra ancestral e os vínculos coletivos denotam uma urbanidade alternativa.

O estudo revelou não apenas práticas produtivas mas também um território em disputa entre a função agrícola, os interesses imobiliários e ausência de política públicas. Revelou ainda a grande contribuição econômica da AUP, na CAK, pois favorece o desenvolvimento econômico local, gera emprego e renda (diminui os índices de pobreza), segurança alimentar, produção de alimentos e fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Outro aspecto refere-se à contribuição ambiental adquirida por meio do uso social e racional do espaço – existência de áreas verdes, da consciência ambiental de produtores e consumidores e da manutenção da biodiversidade. Por fim, ressalte-se o aporte social trazido por essa AUP pelo aumento da qualidade de vida, por meio de um fazer criativo que evita ócio e *stress*.

REFERÊNCIAS

BAIROCH, P. *De Jericó a México: urbanização nas Américas*. São Paulo: EDUSP, 1985.

BOUKHARAEVA, M.L.; CHIANCA, G.K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T.T. 2005. *Agricultura Urbana Como Componente do Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia*. Cadernos de Ciência e Tecnologia. v. 22, n. 2, p. 413-425.

BRASIL. Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024. Presidência da República, Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.257, 20 de julho de 2001. Presidência da República, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 30 mai. 2025.

DERNTL, M. F. *Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 47, p. 123-146, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000100123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2020

DOURADO, A. C. G. *A agricultura urbana do Distrito Federal: Contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. *Relatório IPED/DF: caracterização da agricultura urbana e periurbana do Distrito Federal*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Relatorio-Characterizacao-da-Agricultura-Urbana-e-Periurbana-do-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em 20 mai. 2025.



DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios*. Brasília, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 620, de 15 de dezembro de 1993. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/48579/Lei_620_15_12_1993.html. Acesso em: 10 mai. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, 2009. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/60298/Lei_Complementar_803_25_04_2009.h. Acesso em: 10 jul. 2025.

FERREIRA, L.C. G. *A paisagem regional na Microrregião Ceres (GO) – das Colônias Agrícolas Nacionais ao agronegócio sucroenergético*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FAO. *Urban and peri-urban agriculture*. COAG/99/10. Apresentado na 15ª Sessão da COAG, FAO, Roma, p. 25-29, janeiro/1999.

FAO. 1996. Urban agriculture: anoximoron? In: *The state of food and agriculture*, Roma, 1996; pp 43-57.

HAESBAERT, R. *Território e Multiterritorialidade: um debate*. GEOgraphia. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, R. (Org.). *Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: accss, 2007b, p. 93-123.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de T. C. Netto. 1. ed. São Paulo: Documentos, 1969.

MOUGEOT, L. Agricultura Urbana: Conceito e Definição. *Revista de Agricultura Urbana*. [S.l.], n. 01, p. 1-77, 2000. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

PINHEIRO, M.C., FERRARETO, L.C. Política Nacional de Agricultura Urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. *Portal da Agricultura Urbana e Periurbana*, 2010. Disponível em: <https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/artigo-fome-zero-Maristela-Luciane.pdf> Acesso em: 18 abril. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



ROCHA, L.A. *Modernização e diferenciação social (o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF)*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável: ideias sustentáveis*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTANDREU, A. e LOVO, I.C. *Panorama de la Agricultura Urbana y Periurbana em Brasil y Diretrizes Políticas para su Promoción*. Ipes, Ruaf Foundation, REDE, FAO, MDS. Lima-Perú. 2007.78p. (Cuaderno de Agricultura Urbana n.4).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2012.
_____. *A urbanização brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1996.

SEDUH. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Plano Diretor de Ordenamento Territorial - Documento técnico*. Brasília: 2009.

SILVA, E.A; FARIAS, L.M.V. Trajetória socioespacial da Colônia Agrícola Kanegae, Riacho Fundo I/DF: caracterização dos processos de estruturação e consolidação territorial (1956 a 1987). In: *XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*, [on line], 2025. Anais *XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege>.

SOJA, E.W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Fontes Orais (pesquisa de campo)

“A, B, C, D, E e F” (Agricultor da CAK). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Riacho Fundo I, 17 e 18 jun. 2025.